

Candidato privatizador e reformista é a bola da vez, diz Gustavo Franco

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

“Do centro para a direita, todos se dizem privatizadores, pró-mercado, pró-ambiente de negócios e reformistas.” É como avalia o cenário de possíveis pré-candidatos à Presidência da República o ex-presidente do Banco Central (1997-1999) e 1 dos mentores do Plano Real, o economista Gustavo Franco. Autor de “A moeda e a lei”, lançado na semana passada pela editora Zahar, o sócio-fundador da Rio Bravo Investimentos conversou com o Poder360. Receba a newsletter do Poder360 todos os dias no seu e-mail Filiado ao partido Novo desde setembro, Franco afirma que mesmo os pré-candidatos mais à esquerda tentam se mostrar moderados em assuntos econômicos. O ex-presidente do BC diz que a sua saída do PSDB está atribuída à postura do partido sobre o governo Michel Temer e Aécio Neves. “Tanto nesses assuntos [econômicos] como nos assuntos políticos, para mim, pessoalmente, já passou a hora de definição [do PSDB].” Franco disse ao Poder360 que a reforma da Previdência é apenas parte da agenda de redução de gastos necessária. “Agora, a velocidade, a ordem, a agenda e o que ataca primeiro é uma decisão da política.” Segundo o economista, ainda que não seja uma grande transformação, a aprovação da reforma será bem recebida. Franco é consultor estratégico no Nubank, startup de serviços financeiros digitais. Ele diz que os órgãos regulatórios veem de forma positiva o aparecimento de fintechs e de competição no mundo bancário. “O que todos reclamam não é do regulador financeiro, é do ambiente de negócios do Brasil: imposto, taxa de juros, legislação trabalhista”, diz. A seguir, trechos da entrevista com o economista Gustavo Franco: O senhor lançou na última semana sua mais nova obra, “A moeda e a lei”. Do que se trata o livro e de onde surgiu a ideia para sua realização? O livro surgiu de 1 curso que eu dava na PUC-RJ [Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro], por volta de 2003. A ideia de transformá-lo em livro veio há uns 3 ou 4 anos. O objetivo das aulas era introduzir os alunos de economia de graduação ao universo de Brasília. Essencialmente, à discussão sobre a instrumentalização de políticas econômicas em leis, regulamentos, Constituição e decisões judiciais. Ou seja, a interação e o diálogo entre a moeda e a lei. A história é sobre o papel-moeda, que em 1933 se toma oficialmente a forma dominante e de organização do sistema monetário brasileiro. Assim é até hoje. E até hoje temos desconforto com essa criatura. Dos 80 anos cobertos pelo livro, 70 anos são de inflação muito alta. Sendo que 20 anos anteriores ao Plano Real são de hiperinflação, boa parte desse período em que o país se dedicou a controlar os abusos do Estado por meio da moeda. A partir do momento em que aprendemos a controlar a moeda, e, portanto, evitar inflações muito viciosas, entramos em uma fase adulta, em matéria de progressos. Temos de gerar progresso sem o auxílio de drogas. Até porque o organismo desenvolveu imunidades com relação a esse tipo de droga. Há passagens que remetem a situações em que o país vive hoje? Como é uma história, o relato é cronológico e o que é inevitável é que em muitas passagens de diversos momentos anteriores parece que estamos falando do tempo presente. É impressionante como os grandes temas monetários estão ainda em discussão. A inovação nesses assuntos de moeda e finanças parece permanente. E os temas que elas suscitam são recorrentes. Claro que variam, cada época com seus problemas, mas há muitas coisas parecidas em relação à regulamentação cambial e discussão com o Banco Central. Parece que os temas são sempre os mesmos. Como o senhor avalia a condução atual da política monetária adotada pelo Banco Central? Essa mudança recente restitui a integridade do sistema de metas que estava abalado e operando no seu limite. Agora, não. Temos 1 regime de metas funcionando direito. Nós vimos que, a despeito de a presidente Dilma Rousseff ter antagonizado 1 episódio inacreditável de irresponsabilidade fiscal, as instituições monetárias mantiveram algum grau de resistência e isso não se tomou 1 retorno da hiperinflação. Isso é 1 fenômeno importante e indicativo da maturidade das instituições monetárias brasileiras, que foram abaladas e estressadas. Mas o ex-presidente [do BC] Alexandre Tombini (2011-2016) conseguiu estressar o regime de metas e não aboli-lo. Uma das críticas ao Banco Central foi a demora no ritmo de cortes na taxa básica de juros, a Selic. Acho que é uma crítica boba, porque é uma crítica de dosagem. Sempre vai ter alguém que vai achar muito rápido ou muito lento [o ritmo de flexibilização]. Foi totalmente dentro do que a maior parte do especialistas achou que estava adequado. O senhor acredita que a taxa permanecerá em 1 dígito até quando? É possível que 1 patamar baixo se mantenha em 2018? Acho que talvez ainda de para ver uma “quedazinha”, pelo menos foi essa a sinalização do último comunicado [do Comitê de Política Monetária]. No entanto, é natural que haja, talvez, 1 ciclo de alta mais adiante se a recuperação econômica ocorrer com mais velocidade, pressionando os preços. Mas não dá para prognosticar quando isso vai acontecer, porque estamos com a inflação abaixo do nível mínimo de tolerância da meta. Então está muito lá na frente para saber. Mas é possível que o patamar se mantenha em 1 nível mais baixo em 2018, sim. Se a reforma da Previdência for mesmo aprovada, sobretudo a idade mínima, qual seria a próxima reforma urgente? O Banco Mundial publicou 1 relatório, muito bem feito, muito detalhado, sobre o gasto público. Ali, tem uma agenda de R\$ 400 bilhões [em gastos do governo que podem ser reduzidos]. O Banco Mundial acha que ela pode ser realizada até 2026. Eu adoraria que pudesse ser feita com muito mais velocidade. A reforma da Previdência é só parte dessa agenda. No entanto, essas alterações vão depender mais das oportunidades abertas pela política do que propriamente da especificação dos técnicos. O relatório deixa muito claro aonde estão R\$ 400 bilhões para o Estado gastar a menos. Agora, a velocidade, a ordem, a agenda e o que ataca primeiro é uma decisão da política. Se apenas a reforma da Previdência for aprovada, é possível que o cenário atual se reproduza em 2018? Ou seja, Selic próxima a 7% ao ano, inflação baixa, desemprego em queda e ligeira alta do PIB. Bom, não é tão simples. A reforma da Previdência, esta que vai ser votada agora, é 1 pedaço de uma proposta que na sua concepção já era uma proposta parcial. Será bem recebida porque é 1 fim de governo, fim de 1 presidente impopular, então qualquer coisa que venha na direção correta é muito bem-vinda. Não será uma grande transformação, mas é uma boa notícia e espero que não seja a última, espero que tenha mais coisas. Está chegando o fim deste ano legislativo e a legislatura do ano seguinte será muito comprometida com as eleições, vai ter pouca atividade no Congresso, imagino. Então não dá para ser muito ambicioso em matéria de votações. Mas adoraria ver mais. Aproveitando o gancho da eleição presidencial de 2018: o próximo presidente da República deve ter qual perfil do ponto de vista econômico? Tudo indica que vai ser uma política econômica em direção à atual, porém, mais caracteristicamente liberal, pró-mercado e mais ousada. Porque é isso o que todos os candidatos estão dizendo. Do centro para a direita, todos se dizem privatizadores, pró-mercado, pró-ambiente de negócios e reformistas. Os mais à esquerda, aqueles com alguma ambição eleitoral, tentam se mostrar moderados nesses assuntos [econômicos]. Significa que isso está na moda e é a bola da vez. É a jaqueta que todos querem vestir na eleição. O senhor desfilou-se do PSDB recentemente e ingressou no partido Novo. Antes de sua saída, foi 1 dos economistas a mandar a carta endereçada à direção da sigla sugerindo o desembarque do partido do governo do presidente Michel Temer. Insatisfação com a direção que estava sendo seguida pelo PSDB e o não afastamento do senador Aécio Neves foram alguns dos motivos da troca? Sim, claro. Eu e outros economistas não estávamos satisfeitos com o modo como estava sendo acomodada a relação com o governo e o tratamento do assunto específico do Aécio. Eram questões políticas. Somos economistas, não é onde primariamente nossa voz é ouvida, mas tínhamos textos e assuntos no tocante à índole e à personalidade econômica do partido, que sempre se mostrou hesitante nos assuntos econômicos. Tanto nesses assuntos [econômicos] como nos assuntos políticos, para mim, pessoalmente, já passou a hora de definição. E como não houve, eu fui procurar outra sigla. No Novo, o senhor ficará à frente da Fundação Novo, que irá formular as linhas do pensamento econômico do partido. Qual será essa linha? Ela ainda está em construção [eis a íntegra das ideias preliminares do programa econômico]. O Novo tem 1 compromisso mais claro e com uma visão pró-mercado e pró-negócio. O meu primeiro esforço foi definir princípios básicos antes de partir para definições mais operacionais de políticas e propostas. Outra coisa, acho interessante que o partido crie uma plataforma digital para que seus filiados, colaboradores e simpatizantes possam interagir e, a partir dela, construir 1 acervo que funcione como programa vivo e permanente de discussão usando os recursos de tecnologia para que as pessoas interajam de forma muito aberta. Essa visão pró-mercado envolve reformas estruturantes, como as que estão em discussão pelo atual governo? Tanto na reforma da Previdência quanto na trabalhista queremos ir 1 pouco mais além do que elas foram. Cada uma dessas situações tem possibilidades diferentes. Em relação à trabalhista, por exemplo, há o 2º passo, interessante de se pensar, que é o momento onde a Justiça do Trabalho deixa de funcionar como Justiça e passa a ser uma espécie de promotora de arranque de emprego e produtividade. Deixando, portanto, para trás a luta de classes. Onde a Justiça do Trabalho deixe de fazer política social e passe a funcionar como funcionam as cortes alemãs –que

contribuem para a organização produtiva, competitiva e que geram emprego—do que propriamente ficar ao lado do trabalhador. Contra a empresa. Não se trata de ficar contra coisa alguma senão a favor da organização mais produtiva e que gere mais valor adicional à sociedade. Caso João Amêdo [fundador do Novo e nome do partido na corrida ao Planalto] o chame para integrar 1 eventual novo governo, o senhor aceitaria? [Risadas] Não sei, mas, provavelmente, sim. Mas isso está muito longe, ninguém está pensando nisso ainda, não. Além de traçar a linha de pensamento econômico do Novo, o senhor também é consultor estratégico no Nubank. Como está o ambiente para fintechs no país? Acho que é importante não perder de vista o seguinte: quando o papel-moeda foi introduzido, ele era uma inovação tão importante e tão revolucionária quanto a introdução da arte moderna, em relação à ideia de que a arte não tinha mais o compromisso de retratar objetivamente a realidade. A introdução do papel-moeda abriu esse baú, tomou a moeda 1 assunto subjetivo e, portanto, passamos a ter infinitos tipos diferentes de moedas, finanças, criação de créditos e débitos recíprocos e sistemas de pagamento. E essa inovação não tem fim, uma vez que você mudou para o mundo da subjetividade. O dinheiro, como conhecemos hoje, vai acabar? O papel-moeda vai acabar, mas a moeda continuará existindo em pulso eletrônico ou qualquer que seja seu formato, mas manterá conceitualmente a mesma estrutura que tem hoje. Ou seja, a extinção do papel-moeda não extinguirá a criatura que foi inventada em 1933, que, no fundo, não é 1 papel, mas uma abstração. O que vai mudando é a forma com que você faremos política monetária, como o sistema financeiro funciona e como funcionam os bancos e coisas parecidas. Vamos assistir a muitas novidades interessantes nos próximos anos, vai ser muito bom de ver. Há espaço, do ponto de vista regulatório, para que as fintechs cresçam? No âmbito regulatório, por ora, não apareceu nenhum desafio muito grande para as autoridades. Os reguladores no Brasil, tanto no Banco Central, como na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), todos estão vendo muito positivamente o aparecimento de competição no mundo bancário, nas variadas atividades bancárias e financeiras. Competição é sempre bem-vinda e os reguladores estão gostando de ver. O desafio dos regulares é de não criar obstáculos burocráticos à inovação, mas, ao mesmo tempo, manter a preocupação com os aspectos prudenciais e de proteção do consumidor, lidar com assuntos de assimetria de informação —que são parte do trabalho deles. Por ora, eu não vejo isso criando nenhum obstáculo para as fintechs, especialmente. O que todos reclamam não é do regulador financeiro, é do ambiente de negócios do Brasil: imposto, taxa de juros, legislação trabalhista. Essas coisas que atrapalham todos os empresários, sobretudo os pequenos e os que estão começando. Continuar lendo

